

**VI JORNADA UNIVERSITÁRIA EM DEFESA DA REFORMA  
AGRÁRIA – UESB/UESC  
JURA 2022**

---

**MOVIMENTOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO DO CAMPO, PERSPECTIVA INDÍGENA.**

*Marileide de Almeida Silva Leal  
Regiane Dias Cardoso*

**Resumo**

O presente trabalho se propõe a analisar a Educação do Campo, numa perspectiva indígena, fazendo uma reflexão acerca dos avanços e desafios enfrentados pelos primeiros habitantes do Brasil. Partimos do entendimento de que falar da questão Indígena é reconhecer a nossa formação, portanto, buscar o processo histórico nos dá embasamento para refletir sobre a temática em questão. Assim, a fundamentação teórica foi baseada nos autores:(CAMPOS, 2004) (SAVIANI, 2011), (CAVALCANTE, 2009) e nos principais documentos como: (CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988), (Lei 11.645, de 20 de março de 2008), (Lei 11.645/88). Utilizou-se de uma pesquisa bibliográfica, em que foi possível compreender que os movimentos sociais ao longo dos anos têm travado grandes batalhas para que a educação do campo tivesse visibilidade pelo poder público. No entanto, as políticas públicas na área da educação para esse público, tem sido insuficiente para garantir a organização social e a subsistência da população do campo e indígena. Todavia, não podemos negar os avanços aos direitos políticos dessas modalidades ao longo da história, mas há muito para se fazer.

**Palavras chave:** Educação. Campo. Indígena.

**Introdução**

O presente artigo busca em linhas gerais, compreender a cultura dos povos indígenas, bem como seus avanços e desafios ao longo da história. Os estudos nos mostram que a população indígena no Brasil sempre esteve à margem da sociedade, e mesmo tendo alguns avanços em relação às políticas do Estado brasileiro, não contempla as necessidades de garantia de seus costumes e cultura, principalmente no que se refere à educação.

Ao longo da história podemos perceber que a violação do povo Indígena iniciou com a invasão portuguesa, e se perpetuou até a década de 80, quando os movimentos sociais se organizaram para denunciar a relação de dominação, foram muitas lutas travadas ao longo da história para se alcançar visibilidade e exigir que o poder público tivesse um olhar para essa população. A partir daí começaram a surgir políticas públicas e ações voltadas para o povo Indígena, que até os dias de hoje não conseguem atender todas as suas necessidades.

Nesta perspectiva, buscamos trazer uma reflexão sobre a educação indígena no Brasil, bem como os avanços e desafios enfrentados ao longo do processo.

## VI JORNADA UNIVERSITÁRIA EM DEFESA DA REFORMA AGRÁRIA – UESB/UESC JURA 2022

---

### **Contexto histórico**

A Educação do Campo e a Educação Indígena têm em comum a luta e resistência por um território educativo que respeite a cultura e as tradições singulares dos camponeses e indígenas. Segundo (SANTOS, 2016) os conflitos sociais sempre estiveram presentes na história da humanidade. As duas propostas educativas, oriundas de uma ampla consciência sobre a necessidade de se romper com o sentido de educação contemporânea que ainda hoje é colonizadora e que nega a interculturalidade entre os saberes desses povos.

Os indígenas no Brasil do século XVI correspondia há 8,5 milhões, divididos em várias etnias. A coroa portuguesa tinha um grande interesse em catequizar esses indígenas no intuito de torná-los escravos. Para isso, contou-se com a educação dos órfãos de posse no Brasil Colonial (1549-1759). Nessa perspectiva, é importante pontuar três períodos segundo a categorização de Saviani (2011) que perpassam as etapas da educação no Brasil Colonial. O primeiro é chamado de “período heroico”, compreendendo o movimento de chegada dos primeiros jesuítas ao Brasil. Já o segundo período é marcado pela consolidação dos jesuítas, enquanto Ordem missionária e sua hegemonia no campo da educação, não somente dos gentios, mas também dos filhos dos colonos e da elite colonial. O terceiro e último é marcado pela expulsão dos jesuítas do Brasil e pelas reformas implementadas pelo Marquês de Pombal.

### **Marco Constitucional**

Desde a Constituição Federal são assegurados os direitos dos povos indígenas.

Art. 210 § 2º: O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL 1988).

Art. 231: São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

Apesar dos direitos estarem estabelecidos por lei federal, muitas são as negligências vivenciadas pelo povo Indígena ao longo de sua história.

Outro marco legal é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 que, preconiza o atendimento e a assistência aos índios. Em seu artigo 78 traz:

## VI JORNADA UNIVERSITÁRIA EM DEFESA DA REFORMA AGRÁRIA – UESB/UESC JURA 2022

---

O Sistema de Ensino da União, com a colaboração das agências federais de fomento à cultura e de assistência aos índios, desenvolverá programas integrados de ensino e pesquisas, para oferta de Educação escolar bilíngue e intercultural aos povos indígenas, com os seguintes objetivos:

- I. – proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências;
- II. – garantir aos índios, suas comunidades e povos, o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não indígenas. (LDB 1996).

E por fim, a Lei nº 11.645/2008 que cria a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura dos povos indígenas nos estabelecimentos de ensino fundamental em todo o país.

A proposta indigenista da FUNAI para a educação indígena inclui o ensino bilíngue, em consonância com o Estatuto do Índio- Lei 6001/73 – que preconiza, em seu artigo 47, o respeito ao “patrimônio cultural das comunidades indígenas”. Contudo, o modelo para as escolas indígenas era o mesmo das escolas rurais, não havendo aproximação entre o ensino e a realidade das comunidades. No início dos anos de 1970, a Igreja Católica assume uma nova postura frente às injustiças sociais (SANTOS, 2009).

### **Quem são e onde estão os povos Indígenas do Brasil?**

Segundo o IBGE, no Brasil hoje vivem aproximadamente 896 mil indígenas, pertencentes a 305 etnias, falantes de 274 línguas diferentes.

Existem hoje **724 Terras Indígenas** no país, ou seja, em quase todos os estados brasileiros existem terras indígenas reconhecidas. Mas os índios não vivem apenas nas terras indígenas.

Há comunidades indígenas circulando por beiradões de rios, em cidades amazônicas e até em algumas capitais brasileiras. Isso acontece principalmente porque, para os povos indígenas, os espaços em que se mora, planta, caça ou caminha vão além das fronteiras criadas pelo homem branco. E porque ninguém deixa de ser índio por estar em uma região considerada urbana, fora das fronteiras definidas para suas terras.

Para os índios, o lugar em que se vive não é apenas um cenário, é um território: um espaço totalmente conectado com um jeito tradicional de estar no mundo, conectado com suas

## VI JORNADA UNIVERSITÁRIA EM DEFESA DA REFORMA AGRÁRIA – UESB/UESC JURA 2022

---

culturas. Por isso, cada povo tem um jeito de explicar seus modos próprios de ocupar um território.

### **A educação Indígena no Brasil**

A educação Indígena no Brasil sempre aconteceu de fora pra dentro, ou seja, havia um distanciamento do que era ensinado para o que de fato era necessário para essa população.

A escola é o espaço de reafirmação das identidades e da construção permanente de autonomia e alteridades. O desafio é a concretização de uma educação escolar que permita ao indígena de hoje se orgulhar de ser nativo e lutar para reconstruir o projeto sociocultural de seu povo, onde possa se reconhecer como indígena, fortalecer o sentimento de ser indígena, de sentir-se indígena (Bernardie Caldeira, 2011).

Os povos indígenas têm enfrentado muitos problemas ao longo de sua história, entre eles, a dificuldade de demarcação ou homologação de suas terras, dificuldade de acesso à saúde e à educação. Apesar disso, diversas etnias têm buscado, nos últimos tempos, a educação escolar como um instrumento em favor da redução das desigualdades, de afirmação de direitos e conquistas e de facilitar o diálogo Intercultural com os diferentes agentes sociais.

### **Avanços e desafios**

Muitos foram os avanços alcançados através das lutas dos movimentos sociais e dos povos indígenas, nos últimos anos, por exemplo, os povos indígenas vêm conseguindo através de suas lutas, resgatar parte de seu patrimônio cultural, ter reconhecido parte dos direitos em relação às suas terras, reconstruir suas identidades.

Na questão educacional, a criação de legislação própria tem colaborado para o desenvolvimento de novas perspectivas, tendo o povo indígena como protagonistas de sua própria história, com a ampliação de atendimentos em todos os níveis de educação, passou de 3 mil para 300 mil estudantes só na educação básica, e mais de 600 mil estudantes ingressos no ensino superior. Estima-se que hoje o Brasil conta com mais de 22 mil professores atuando nas escolas indígenas, e cerca de 90% desses são professores indígenas.

Outros avanços importantes foram em relação ao uso da língua indígena como língua de instrução, o estudo bilíngue/multilíngue e a utilização de material didático específico diferenciado.

**VI JORNADA UNIVERSITÁRIA EM DEFESA DA REFORMA  
AGRÁRIA – UESB/UESC  
JURA 2022**

---

**Considerações Finais**

As diversas lutas travadas pelos movimentos sociais ao longo da história da formação do povo brasileiro é motivo de orgulho e permanente resistência frente aos desafios que são lançados todos os dias aos povos menos favorecidos. Diante disso, trazer a perspectiva indígena dentro dos movimentos sociais é reconhecer a importância desses povos para a constituição da nossa identidade.

É importante reafirmar que tanto a Educação do Campo quanto a Educação Indígena possuem propostas educativas e estão em constante movimento, pois levam em consideração a vivência dos camponeses e indígenas, no processo de valorização de suas práticas, valores e costumes. Nesse sentido, a luta coletiva enquanto fator de articulação dos camponeses e indígenas foi e continua sendo, a condição fundamental para a conquista e efetivação da Educação do Campo e da Educação Indígena nas escolas do campo e nas escolas indígenas do Brasil.

**REFERÊNCIAS**

**BRASIL, Constituição Federativa do Brasil de 1988.** Brasília: São Paulo: Saraiva 22ed., 2004.

**CAMPOS, R.C, Movimentos Indígenas por Educação: Novos Sujeitos Socioculturais na História Recente do Brasil.** Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária de Belo Horizonte– 12 a 15 de setembro de 2004.

**CAVALCANTE, P. I. L. Formação de professores na perspectiva do Movimento dos Professores Indígenas da Amazônia, 2009**

**FIGUEIREDO, Flaviana Pereira, A Relevância da Educação Escolar Indígena Bilingue e suas Implicações Sociais numa Perspectiva Intercultural**

**SAVIANI, DERMEVAL. História das ideias pedagógicas no Brasil.** 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

**SANTOS, Arlete Ramos dos. Os Movimentos Sociais do Campo e a Reforma Agrária do Consenso.** UNESP, 2016.

**VI JORNADA UNIVERSITÁRIA EM DEFESA DA REFORMA  
AGRÁRIA – UESB/UESC  
JURA 2022**

---

**SOBRE OS AUTORES**

**Marileide de Almeida Silva Leal**

Pós-Graduada em Psicopedagogia pelo Instituto de Educação Superior UNYAHNA de Barreiras e em Gestão da Aprendizagem Escolar pelo Instituto de Educação Superior UNYAHNA de Salvador; Licenciatura Plena em Matemática pela Faculdade de Tecnologia e Ciências-FTC e Pedagogia pela Faculdade Unyleya. E-mail: Lesilva\_@hotmail.com

**Regiane Dias Cardoso**

Graduada em Língua Portuguesa pela Universidade do Estado da Bahia –UNEB; Pós-Graduada em Gestão Pública Municipal –UNEB; Pós-Graduada em Práticas Docentes Interdisciplinares –UNEB; Pós-Graduada em Gestão Escolar –UFBA; Mestranda em Educação PPGED- UESB; Membro do Grupo de Pesquisa em Movimentos Sociais, Diversidade e Educação do Campo e da Cidade –GPEMDECC; E-mail: regecardoso@yahoo.com.br